

# COALHO MANGUEIRA

O melhor e o mais economico para a fabricação de queijos

ENCONTRA-SE NA **Pharmacia Silva**  
Cachoeiro de Itapemir, m

UM VIDRO  
UMA DUZIA

35000  
308000

Os Srs. Fabricantes de queijos devem experimentar este coalho. Experimentem e não quererão outra marca.

# TOSSE

das creanças, tosse dos moços, tosse dos velhos, qualquer tosse, qualquer doença do peito, como bronchite, asthma, coqueluche — curam-se com o

# BROMIL

DAUDT & OLIVEIRA



DR. REYNALDO COSTA

Ilmos. Srs. Viuva Silveira e Filha  
Attesto que tenho empregado na minha clinica com excellentes resultados o *Elizir de Nogueira*, do Sr. Pharmaceutico Quimico João da Silva Silveira, em todos os casos de affecções dystrophicas do organismo  
Dr. Reynaldo Costa  
No Grande do Sul — Uruguayana  
27 de Janeiro de 1913.

Os fabricantes do Grande Depu  
que *ELIZIR DE NOGUEIRA*  
macenico João da Silva Silveira  
que, apesar da actual crise, não a  
preço do referido preparado, não  
deixa o publico comprá-lo por preço  
ao que o seu antigo custo.

AO PUBLICO

A. Ferna  
CACHO  
SERRA  
RAS

Acceptam enco  
parelhadas e  
Não têm co  
feição

ARTIGO

## A IMPRENSA NO PROCESSO DE MEDICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Luciene Carla Corrêa Francelino

Mestranda em História Social das Relações Políticas (PPGhis) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O COMPOSTO RIBOTT (phospho-  
phospho-organico) não é  
um medicamento patentado  
de grande secreta e COMPOSTO RI-  
BOTT, o grande tonico, é uma re-  
sta. A fórmula completa parece  
interessa em cada caso, de forma  
que qualquer medico poderá dizer o  
benéfico que é. A sciencia medica  
não tem descoberto nada melhor que  
os ingredientes do COMPOSTO RI-  
BOTT para manter a saúde e a

pela therapeutica moderna,  
ta rapidamente os globulos  
do sangue, enriquecer  
phosphoro é o mais mar-  
que se conhece para fortifi-  
nervos, e refrescar a memo-  
A Noz Vomica é assaz  
da como grande tonico este  
anti-dyspeptico. As pessoas  
cas, nervosas e dyspepticas n-  
rão nada melhor do que o CO-  
BOTT para manter a saúde e a

## Resumo

*Nossa pesquisa tem como objetivo analisar os discursos médicos veiculados na imprensa especializada brasileira nos periódicos Gazeta Médica da Bahia e Brazil Médico em fins do século XIX e a repercussão deste no século seguinte, quando as concepções acerca da saúde e da doença começaram a se transformar. Nesse período o movimento higienista se destacou por criar mecanismos capazes de modificar os hábitos da população brasileira, introduzindo novos comportamentos e práticas de higiene, favorecendo o surgimento de políticas públicas de combate às epidemias que aniquilavam o povo brasileiro. Essas mudanças repercutiram na imprensa nacional em periódicos como o jornal Correio do Sul, fundado em 1929 no município de Cachoeiro de Itapemirim. Nas páginas desse jornal, os ideais higienistas eram propagados, contribuindo para o combate e prevenção de diversas doenças e a construção de uma nova identidade nacional.*

*Palavras-Chave: Discurso, imprensa, Cachoeiro de Itapemirim, higienistas, doenças.*

## Abstract

*Our research aims to analyze the medical discourses published in the Brazilian specialized press in the periodicals Gazeta Médica da Bahia and Brazil Médico in the late nineteenth century and the repercussions of this in the following century, when the conceptions about health and disease began to transform. During this period the hygienist movement stood out for creating mechanisms capable of changing the habits of the Brazilian population, introducing new behaviors and practices of hygiene, favoring the emergence of public policies to combat epidemics that annihilated the Brazilian people. These changes had repercussions in the national press in newspapers like Correio do Sul newspaper, founded in 1929 in the municipality of Cachoeiro de Itapemirim. In the pages of this newspaper, hygienist ideals were propagated, contributing to the combat and prevention of various diseases and the construction of a new national identity.*

*Keywords: Discourse, press, Cachoeiro de Itapemirim, hygienists, diseases.*

## Introdução

No Brasil, até a década de 1970, poucos trabalhos utilizavam periódicos como fontes históricas. Sobre esse tema, Luca (2008) afirma que muitos pesquisadores voltaram-se para a história da imprensa, mas poucos escreviam uma história por meio da imprensa. Havia certa desconfiança por parte dos historiadores em utilizar tais fontes em virtude da busca pela imparcialidade que até aquele momento a história defendia. Na contramão da imparcialidade, os jornais possuem um perfil editorial e expressam ideias e ideologias dos grupos que os controlam e que por isso exercem influência na sociedade em que se inserem. O historiador deve estar atento a estas questões, afim de não tomar como uníssonas as informações e opiniões contidas nos periódicos. Nes-

sa perspectiva, Le Goff (2003) assevera que nenhum documento é ingênuo, por isso deve ser analisado criticamente, para que o pesquisador não se deixe enredar pelo “discurso da fonte”. Outrossim é preciso um olhar criterioso para o que está acontecendo no entorno, ou seja, na sociedade onde a notícia foi produzida, na medida em que o jornal está atrelado à determinado momento histórico. Nossa pesquisa tem como objetivo analisar o discurso médico veiculado na imprensa especializada do segundo quartel do século XIX e a repercussão deste na sociedade brasileira do século seguinte, especialmente no jornal Correio do Sul fundado em 1928 no município de Cachoeiro de Itapemirim, localizado no sul do estado do Espírito Santo. Nos primórdios de sua trajetória, o periódico intitulou-se como órgão oficial do Partido Republicano do estado. Nesse período, além de te-

mas relacionados à política nacional e local, o jornal publicava diariamente artigos médicos, informativos e folhetins, esclarecendo sobre prevenção e sintomas de diversas moléstias, bem como a profilaxia destas.

Quando a família real aportou no Brasil, em 1808 - com uma corte de aproximadamente quinze mil pessoas - os problemas sanitários se intensificaram, aumentando de forma significativa a disseminação de doenças, bem como a necessidade de combatê-las. Nesse cenário, surgiu a necessidade de ampliar o número de físicos e cirurgiões<sup>1</sup>, para atender a uma população que crescia vertiginosamente. Ademais, Portugal foi invadido pelas tropas napoleônicas e estava impossibilitado de enviar especialistas de Coimbra. Para solucionar a questão foram instaladas escolas para formar profissionais que atuariam no Brasil, mas, vale destacar, que estas escolas formavam cirurgiões e “físicos”, pois só Coimbra podia formar em medicina (SCHWARCZ, 2001).

Foi através de uma Carta Régia datada de 18 de fevereiro de 1808, que D. João VI criou a Escola Cirúrgica na Bahia. O local escolhido foi o antigo Colégio dos Jesuítas, sede do Hospital Militar. No dia 2 de abril do mesmo ano, o regente inaugurou a Escola Ci-

rúrgica do Rio de Janeiro. O curso funcionou na sede do Hospital Real Militar, também um antigo colégio de jesuítas, assim como na Bahia. Em dezembro de 1810, D. João decidiu que três alunos da escola seriam mandados para Edimburgo, na Escócia, a fim de se aperfeiçoarem com cirurgiões de Londres. Ao que tudo indica, o regente entendia que os profissionais brasileiros eram inexperientes e necessitavam de atualização.

A Santa Casa se tornou um espaço para o exercício da medicina quando, após a reforma do ensino médico, em 1813, a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro transferiu-se do Hospital Militar para as dependências da Misericórdia, funcionando nessa instituição até 1918, quando foi concluída a construção do prédio da Faculdade de Medicina.

Em 1829, foi fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo, em 1830, a incumbência de opinar sobre os planos de reorganização do ensino médico. Seu anteprojeto foi aprovado pela Comissão de Saúde Pública da Câmara e promulgado em 1832 como lei. Destarte, estavam criadas as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e através do mesmo decreto foram criados os cursos de medicina, parto e farmácia. Edler (2003) afirma que a partir de então uma elite médica empenhou-se em produzir um conhecimento científico original sobre as doenças que assolavam o povo brasileiro, baseando-se nas especificidades locais e combatendo de forma sistemática os terapeutas populares, acusados de charlatanismo. Desde a sua criação até metade do Oitocentos, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, transformada em Academia Imperial de Medicina em 1835, se impôs como instrumento da política imperial da saúde pública, tornando-se a principal porta-voz das descobertas científicas, além de contribuir para novos diagnósticos e terapêuticas relacionados às patologias nacionais. Outra inovação implementada pelos médicos brasileiros do primeiro quartel do Oitocentos foi contrariar a crença europeia de que a miscigenação era responsável pelo surgimento de novas patologias, até então inexistentes na Euro-

<sup>1</sup> Segundo Nogueira (2007), o termo físico foi utilizado durante a Idade Média como sinônimo de médico, ou “aquele que utiliza drogas diversas para tratar enfermidades internas do corpo”. A partir do século XII o termo passou a ser utilizado em diversos países, como França, Portugal e Inglaterra, mantendo o mesmo significado. Portanto, o físico que era equivalente ao médico, formado nas escolas e faculdades europeias. Santos Filho (1991) destaca que os físicos, ou médicos, eram, principalmente, os licenciados pela Universidade de Coimbra, já os cirurgiões podiam ser classificados em três categorias: os cirurgiões-barbeiros, os cirurgiões-aprovados e os cirurgiões diplomados. A maioria dos que atuavam no Brasil era cirurgiões-barbeiros, composta em geral por mestiços e mulatos que aprendiam o ofício junto a um mestre e sem nenhum preparo se iniciavam como aprendizes. Após algum tempo de prática eram examinados e recebiam uma carta que os habilitava a exercerem a profissão. A atuação destes consistia em: realização de sangrias, tratamentos de fraturas, luxações e feridas, aplicação de ventosas, sanguessugas e extração de dentes. Os cirurgiões aprovados frequentavam um curso teórico-prático nos hospitais e após submeterem-se a exames obtinham a carta que lhes autorizava exercer todos os tipos de cirurgia e até a própria medicina em locais onde não havia físicos. Já os cirurgiões-diplomados, formados em escolas europeias, também atuavam no Brasil no século XVIII, mas estes eram minoria.

pa. Outrossim, não havia consenso entre as teorias científicas, sendo estas responsáveis por calorosos debates entre os acadêmicos. A partir de 1860, surgiram novos mecanismos de legitimação científica, atrelados às Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, os periódicos *Gazeta Médica da Bahia* (1860-1915) e *Brazil Médico* (1887-1964). Em ambos eram articuladas propostas para “curar” um país considerado atrasado e doente, além de representarem um instrumento para propagação e reafirmação dos saberes médicos. De acordo com Ferreira (1996) tais periódicos favoreceram a profissionalização da medicina no Brasil por utilizarem uma linguagem acessível e de interesse do público leigo. Destarte, se tornavam veículos de formação de opinião pública, que elegiam os médicos como autoridades da “arte de curar”. Temas relativos à higiene pública, epidemias e combate ao charlatanismo eram frequentes nas páginas desses jornais.

### Saúde e doença na imprensa médica do século XIX

O periódico *Gazeta Médica da Bahia* documentou parte da história e do desenvolvimento das ciências médicas, sendo mecanismo atuante de comunicação científica durante 73 anos, nos quais publicou trabalhos dos médicos tropicalistas – parasitologistas – de colaboradores nacionais e estrangeiros, bem como notícias sobre novas descobertas científicas, memórias históricas das faculdades médicas, além de denúncias sobre a situação da saúde pública no país. Vale destacar que esses médicos conheciam as condições sanitárias do país e pretendiam tratar as doenças que afetavam a população (SANTOS, 2008).

Em relação ao periódico *Brazil Médico*, Ferreira (1996) assevera que realizava constantes críticas à medicina oficial, destacando a dicotomia existente entre o aumento quantitativo de médicos e uma produção intelectual inexpressiva, a explicação para tal fato, segundo os colaboradores da revista, estava

relacionada a dois fatores: aceitação acrítica da produção estrangeira em detrimento da nacional e a escassez de periódicos especializados, o que limitava a produção de trabalhos científicos.

A criação das revistas coincide com o movimento de renovação da medicina brasileira que teve seu início no Rio de Janeiro e na Bahia a partir de 1870. Tal movimento possuía cunho cientificista e relacionava-se com o advento das ideias republicanas e positivistas no Brasil, impulsionando médicos, políticos e intelectuais a se articularem em prol de projetos que promovessem o avanço das políticas voltadas para a saúde coletiva (REZENDE, 2009).

Nesse cenário de afirmação das ideias positivistas de Augusto Comte – que influenciaram o surgimento da República no Brasil – propagava-se a ideia de que a ciência promoveria obrigatoriamente a ordem e o progresso ao país. Permitindo prever fenômenos e realizar as interferências necessárias para solucionar os problemas do cotidiano, outrossim o desenvolvimento ocorreria a partir do aumento do conhecimento e controle científico da sociedade (MENDES; NÓBREGA, 2008).

A medicina, a partir de então, adquire dois sentidos: o de curar e o de controlar a sociedade. As Faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia se tornaram lócus de discussão e disseminação de ideias relacionadas à higiene e prevenção de doenças. Na Bahia os debates se intensificaram em torno do cruzamento racial como responsável pela criminalidade, loucura e degeneração, enquanto os médicos do Rio de Janeiro acreditavam que apenas a convivência das diferentes raças que imigraram para o país – com suas constituições físicas diversas, coexistindo em ambientes insalubres – seria responsável pela disseminação de doenças. Esses médicos destacaram-se pela publicação de trabalhos acerca das causas das doenças – endemias e epidemias – que assolavam a nação brasileira.

Atreladas a estas duas instituições estavam os periódicos de divulgação científica citados anteriormente, em ambos eram articuladas propostas para

curar um país considerado atrasado e doente. O periódico carioca tratava frequentemente de temas relacionados ao combate de doenças que se propagavam neste período no Brasil, entre elas podemos destacar: a febre amarela, varíola, tuberculose, beribéri e malária. Constantemente, eram divulgadas campanhas de saneamento e educação sanitária. Na *Revista Baiana* os temas mais frequentes eram a loucura, a alienação e degenerescência dos brasileiros em virtude da mestiçagem.

De acordo com Mendes e Nóbrega (2008) no decorrer do século XIX os conhecimentos biológicos foram utilizados para explicar comportamentos humanos, tidos direcionados pela natureza do indivíduo. Surgiram tabelas de classificação baseadas nas formas corporais. As peculiaridades regionais, mesmo já sendo reconhecidas, eram utilizadas para classificar as populações a partir de critérios de saneamento e de padrões de perfeição corporal. Os corpos que não se adequavam aos hábitos higiênicos eram considerados primitivos ou incultos e aqueles que apresentavam imperfeições orgânicas, eram classificados como tarados ou débeis. São os princípios da eugenia que se espalharam por vários países da Europa e América, incluindo o Brasil.

A eugenia baseia-se no movimento científico e social organizado a partir das concepções do cientista britânico Francis Galton, que em 1883 começou a aplicar os conhecimentos relativos à hereditariedade na tentativa de “melhorar a raça humana”, encorajando indivíduos considerados adequados a se reproduzirem e desencorajando os não ajustados ou não adequados a deixar descendência. Esse conceito é consolidado no final do século XIX quando a crescente industrialização e competição entre as nações trouxe incertezas e um certo pessimismo em relação à modernidade e seus males. Nesse cenário, o principal paradigma passou a ser a degeneração atribuída ao crime, imigração, trabalho urbano, vício e trabalho feminino. Acreditava-se que algumas doenças, como sífilis, tuberculose, alcoolismo e loucura, eram comuns entre as camadas populares e além disso

eram hereditárias (essas ideias aliadas ao surgimento da teoria de Darwin – teoria evolucionista da seleção natural das espécies – fez com que Francis Galton concluísse que a sociedade podia fazer com agilidade o que a natureza realizava de forma lenta e gradativa, ou seja, realizar uma seleção deliberada, aprimorando o estoque genético humano, favorecendo o surgimento de uma “raça melhorada” (SOUZA, 2013).

Essa tendência eugenista é percebida nos periódicos médicos em circulação no país. A partir da década de 1880 a *Gazeta da Bahia* começou a divulgar vários artigos tratando da questão da raça associada ao diagnóstico de doenças. A mestiçagem passou a ser encarada como responsável pela degeneração do povo brasileiro, assim as epidemias que assolavam o país, segundo esses médicos, era devido a nossa fraqueza biológica, resultado do cruzamento racial. Nesse periódico, tais argumentos não eram defendidos apenas através de relatos, mas por meio de fotos que ultrajavam a intimidade dos doentes, refletindo de forma arbitrária o retrato de uma nação assolada por diversas moléstias contagiosas.

Esse modelo de análise da doença aliada à raça, tornou-se mais perceptível na Bahia, com a consolidação dos estudos de medicina legal, na qual o objeto em destaque não era a doença ou o delito e sim o criminoso. De acordo com Schwarcz (2001), o vocabulário médico aproximou-se da linguagem policial, sendo que os estudos de frenologia ou craniologia passaram a ser utilizados para identificar as raças, analisar o motivo de seu atraso e avaliar a fragilidade dos cruzamentos. O médico e professor Nina Rodrigues<sup>2</sup> destacou-se na vanguarda desse movimento,

2 O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues estudou na Faculdade de Medicina da Bahia e participou da direção do periódico ligado à instituição, sendo responsável pela publicação de vários artigos sobre higiene pública. Possuía crescente interesse pela medicina legal e patologias da população brasileiras relacionadas à raça, acreditava, inclusive, na importância de definir com rigor raças puras primitivas e raças cruzadas, diferenciando-as, para tanto classificou como puras, a negra, a vermelha e a branca. Afirmava que as raças humanas eram muito distintas, por isso a mestiçagem produzia descendentes híbridos, ou seja, inférteis e sujeitos à degeneração. Tentou criar no interior da Faculdade de Medicina uma habilitação específica para o estudante

sendo inclusive defensor ferrenho da medicina legal e de sua autonomia. Foi a partir de sua atuação enquanto médico, professor e pesquisador que se avigorou o processo de afirmação profissional cujo objetivo maior era a criação de uma identidade grupal e a reformulação da imagem do médico, até então bastante menosprezada

Em 1904 o médico destacou mais uma vez a necessidade de regulamentar a figura do perito – no congresso pela unificação das leis processuais no Rio de Janeiro – e para corroborar seu apelo anexou a análise de vários casos médico-legais publicando na Revista dos cursos um extenso trabalho de revisão da legislação brasileira sobre a questão da assistência aos alienados, no qual apresentava um plano para a construção de um hospital asilo. No apêndice, anexou artigos que haviam sido publicados no *Diário de Notícias* da Bahia sobre a epidemia de beribéri que matou metade da população do Asilo João de Deus. Em virtude de sua campanha, os loucos restantes salvaram-se e através da Faculdade foi feito um convênio com o governo do Estado e um novo hospital foi construído, vale destacar que Nina fez parte da comissão que planejou o novo hospital. O relatório dessa comissão foi publicado no mesmo número da revista, que trouxe as bases do acordo entre a Faculdade de Medicina da Bahia e a Secretaria de Segurança sobre as perícias policiais a serem realizadas

que se especializasse em medicina legal. A proposta foi encaminhada à Congregação da instituição em 1892, mas foi negada. Em 1895 propôs a Sociedade Médico-Legal da Bahia que acionasse a Assembleia Legislativa do Estado para a criação de um serviço médico-legal, embora aprovada, a proposta nunca foi posta em prática. Mas Nina persistiu estabelecendo alianças com o aparato jurídico policial para o ensino prático de sua medicina. No ano de 1905 um incêndio atingiu parte da Faculdade de Medicina e o laboratório de Medicina legal, sendo destruídos diversos trabalhos importantes do pesquisador e médico maranhense. No ano seguinte foi indicado pela congregação da Faculdade de Medicina, para participar como delegado no IV Congresso Internacional de Assistência Pública e privada em Milão, embarcou com a família para a Europa, participando também de um Congresso em Lisboa, onde foi diagnosticado com câncer de fígado. Faleceu no dia 17 de julho – foi embalsamado pelo médico Brouardel – e foi sepultado na Bahia no dia 11 de agosto. Para mais informações sobre a trajetória de Raimundo Nina Rodrigues ver Corrêa (1998) e Rodrigues (1904).

sob a direção do catedrático de medicina legal, esses são os primeiros documentos sobre a colaboração feita entre a faculdade e a polícia. Os acordos foram reavaliados por Oscar Freire – que sucedeu Nina em 1907, sendo renovados sistematicamente nos anos seguintes. A figura do perito finalmente foi regulamentada pela Faculdade de Medicina da Bahia, caso que se repetiu no Rio de Janeiro e São Paulo, graças aos esforços dos discípulos de Nina Rodrigues. A atuação do médico foi precursora e relevante no que tange à medicina legal, em especial na questão dos alienados, mas esse ramo da medicina – embora tenha alcançado o Rio de Janeiro e São Paulo – não teve tanta ressonância como na Bahia (CORRÊA, 1998).

O periódico *Brazil Médico* diferenciou-se da *Gazeta Médica da Bahia* em virtude do volume, periodicidade e por representar de forma mais contundente as aspirações e agruras pelas quais passavam a medicina brasileira. Desde a sua fundação em 1887 foram diversos os números de ensaios publicados que tinham como objetivo auxiliar os colegas de profissão, ou seja, em seus primeiros anos foram diversos os textos sobre ginecologia, pediatria, clínica geral, ortopedia, casos cirúrgicos e receituários médicos que compunham a maioria das publicações. Contudo, se os casos corriqueiros eram a maior parte do material em circulação na Revista, não faltavam demonstrações de anormalidades físicas, relatos de doenças deformadoras com fotos principalmente de pacientes negros e mestiços. Uma questão delicada presente de forma constante no periódico versava sobre o “charlatanismo”, ou seja, condenava de forma veemente a atuação de curandeiros, práticos, “herbalistas” e todos que praticavam a arte de curar sem ter formação para tal. A Revista aceitava o modelo social-darwinista e até publicava artigos sobre medicina legal e alienação, mas essas teorias não inspiravam maiores interesses entre os médicos cariocas, pois nesse período a atenção dos mesmos estava voltada para a clínica médica e a divulgação da própria profissão, mas se até o final do século XIX o *Brazil Médico* não possuía uma identidade própria ou um projeto original, à partir de

então a situação modificou-se de forma significativa em virtude do fortalecimento da área de higiene pública, alterando o perfil do periódico que passou a atuar de forma intensa no combate às epidemias, bem como na divulgação de campanhas de saneamento em apoio à medicina “tropical” (SCHWARCZ, 2001).

A associação do Brasil às doenças, em especial de natureza transmissível, é de certa forma recente em nossa história, pois até a segunda metade do século XIX a ideia que prevalecia – sobretudo entre os cronistas estrangeiros – era a de um país tropical, de natureza exuberante, isento de males. Mas essa imagem se alterou a partir da incidência de várias moléstias contagiosas na então capital federal, das quais destacaram-se: a tuberculose, febre amarela, varíola, malária, cólera, beribéri, febre tifoide, sarampo, coqueluche, lepra, peste e escarlatina, que juntas representavam 42% das mortes registradas na cidade. Nesse momento, a atuação de médicos pesquisadores como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas merecem destaque. Motivados pelos avanços da medicina, passaram a propor medidas profiláticas e de saneamento através de uma intervenção direta no modo de vida, nos hábitos e costumes da população.

Em virtude dessa situação o periódico *Brazil Médico* passou a publicar no início do século XX vários artigos sobre higiene pública e saneamento, tendo como alvo: escolas, cemitérios, igrejas, residências e locais públicos em geral. A proposta era de que os hábitos fossem moralizados com vistas a controlar os costumes alimentares e higiênicos, bem como os desvios, para evitar a “degeneração”.

As práticas sexuais passaram a ser disciplinadas, e os casos de perversão, condenados. Em relação à prostituição – impossibilitada de ser abolida – passou a ser regulamentada. A sociedade passou a ser encarada como um imenso hospital, do qual os médicos eram os administradores, responsáveis por classificar os doentes e os sãos, planejar reformas urbanas e administrar “remédios” – soluções para as doenças que assolavam a população – em larga escala (SCHWARCZ, 2001).

## O discurso higienista e a medicalização da sociedade

A Europa do século XVIII assistiu à elaboração de uma política de saúde pública baseada na higiene. Os médicos e higienistas, partindo de teorias que relacionavam a doença com o meio ambiente, passaram a criar estratégias para a medicalização da sociedade, estabelecendo normas de comportamento, regras para a construção de hospitais, casas, cemitérios, escolas e espaços públicos. Dessa forma, os espaços considerados doentes começaram a ser medicalizados através de ações higiênicas de combate e prevenção de epidemias. No século V, antes da era cristã, o médico grego Hipócrates relacionava condições atmosféricas e localização das cidades, com a proliferação de algumas doenças. Esse conceito é retomado no século XVIII e denominado de neo-hipocratismo. É importante salientar que o neo-hipocratismo em vigor no oitocentos abrigava várias teorias, dentre as quais, a miasmática era a mais difundida. A partir dessa perspectiva, os miasmas eram todas as emanações nocivas oriundas de dejetos, lixos ou cadáveres que produziam gases pútridos, contaminando o ar e ocasionando o surgimento e disseminação de diversas doenças. A teoria miasmática, também denominada de infeccionista, evocava práticas de higiene do meio físico e social (BENCHIMOL, 2001).

No século XIX Pasteur descobriu os micróbios e iniciou uma série de estudos sobre a atuação destes em organismos vivos. Em 1873 ao se tornar membro da Academia de Medicina da França, passou a defender nesse espaço que parte das doenças contagiosas e processos infecciosos eram causados por esses micro-organismos. Suas pesquisas se articulavam em torno de identificar as bactérias causadoras de doenças e a profilaxia para combatê-las. Costa (2013) afirma que nesse período a teoria microbiana disputava com a miasmática a liderança entre as teses médicas em vigor, entretanto vale destacar que não houve um total consenso entre os médicos e ambas teorias disputavam as mesmas doenças e espaços de medicalização,

coexistindo no combate às diversas epidemias durante parte do século XIX e início do século seguinte.

As cidades portuárias brasileiras, incluindo a capital, continuaram sendo afetadas por várias enfermidades como a febre amarela, a varíola, a peste bubônica, a febre tifoide e o cólera, resultante das condições sanitárias inapropriadas que assolava o país. Nesse contexto, médicos e higienistas passaram a ocupar importantes cargos públicos com a finalidade de criar mecanismos para o saneamento de vastas áreas do território nacional. O Estado brasileiro, nas esferas federal e estadual, começou a incorporar políticas de saúde pública e diretrizes para combater as diversas moléstias que assolavam a nação, partindo dos princípios europeus de higiene (SILVA, 2014).

Esse fenômeno ficou conhecido como “Movimento Higienista” e surgiu no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, tendo como principal tarefa modificar os hábitos da população brasileira e introduzir novos comportamentos e práticas de higiene, como forma de combater as moléstias que assolavam a população. O higienista era um médico que possuía especialização em saúde pública e na administração sanitária.

O saber médico nesse período tinha a finalidade de educar a população e introduzir novos padrões comportamentais com finalidade de reordenar os espaços públicos e privados, a partir de padrões higiênicos. Tais profissionais começaram a implementar políticas profiláticas muitas vezes de forma autoritária, organizando campanhas de erradicação de epidemias ou vacinações coletivas. Essas ações compulsórias, que partiam dos higienistas, muitas vezes, favoreceram o surgimento de situações de vulnerabilidade ou de confronto com a população mais pobre. Podemos citar, como exemplo dessas ações, o chamado Bota-Abaixo<sup>3</sup>, implementado por Pereira Passos,

no Rio de Janeiro, e a Revolta da Vacina<sup>4</sup>, idealizada por Oswaldo Cruz, com o intuito de sanear a capital federal e erradicar a febre amarela (SILVA, 2014).

### Os novos rumos da saúde pública nas páginas do jornal *Correio do Sul*

A partir da década de 1920, o discurso médico acerca da saúde começou a se transformar, principalmente por causa das reformas sanitárias propostas por Carlos Chagas e pela atuação da Liga Pró-Saneamento. Essa nova abordagem estava intimamente relacionada à disseminação de cursos de medicina no país e da sistematização do fazer médico. O discurso higienista era tema frequente nas rodas de conversa, nas escolas, faculdades, nos periódicos, enfim, estava presente no dia a dia dos brasileiros. Para demonstrar as mudanças ocorridas na percepção em relação à saúde e prevenção de doenças no município de Cachoeiro de Itapemirim, foi realizada uma pesquisa no jornal *Correio do Sul* entre junho de 1928 e junho de 1929 na qual constatou-se que diariamente eram feitos anúncios de farmácias, que além de oferecerem “todo sortimento de drogas”, forneciam consultas médicas com profissionais que atuavam no município, destarte, frequentemente eram publicados artigos médicos abordando os sintomas de diversas

casas e de cortiços nos bairros centrais, desalojando os moradores que migraram para os morros cariocas, construindo barracos em bairros sem infraestrutura (PORTO, 2005). Para maiores detalhes sobre a reforma implementada por Pereira Passos, ver Benchimol (1992).

4 Em 1904, a cidade do Rio de Janeiro foi assolada por uma epidemia de varíola. O médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que assumira a Diretoria Geral de Saúde Pública, cargo equivalente ao de Ministro da Saúde, enviou ao congresso uma proposta que reiterava a necessidade de tornar a vacinação obrigatória. A lei já havia sido instituída desde 1827, mas, até então, não havia sido cumprida. Prevendo a resistência da opinião pública, idealizou a campanha aos moldes militares. As brigadas sanitárias entravam nas residências e realizavam a vacinação à força. A indignação da população fez surgir um motim popular que eclodiu no dia 11 de novembro de 1904, a chamada “Revolta da Vacina”. Nesse episódio, lojas foram saqueadas, bondes tombados e postos destruídos, o saldo foi de 23 mortos e 89 feridos. Cerca de 945 pessoas foram presas e calcula-se que metade delas foram enviadas para o Acre e submetidas a trabalhos forçados (Benchimol, 1992).

moléstias, bem como a profilaxia das mesmas.

No período em estudo, eram anunciados diariamente medicamentos como: “Elixir de Nogueira”, para combater inflamações do útero, dores no peito, corrimento nos ouvidos, manchas na pele e tremores nos ossos; “Ankylol” para o combate à opilação, também descrito como amarelão; “Cafiaspirina” no combate à cólicas e demais incômodos do período menstrual; “Biotônico Fontoura”, fortificante indicado para homens, senhoras e crianças, além do suplemento alimentar “Quaker Oats”, que tinha como finalidade aumentar a disposição para o trabalho, fazendo com que o indivíduo passasse a sentir-se mais “energético”, sendo indicado para crianças, adultos, convalescentes e intelectuantes.

Havia no periódico uma sessão intitulada: “O que as mães precisam saber”, na qual eram enviadas cartas de mulheres que tinham alguma dúvida acerca de determinadas doenças, essas dúvidas eram esclarecidas por um médico, que geralmente tranquilizava as mães e fornecia informações sobre o tema. Destacamos aqui a carta de uma mulher que afirmava estar muito preocupada pois seu filho estava com diarreia em “virtude de dentição”, a mesma informou que o motivo de sua preocupação derivava do fato de uma criança da vizinhança ter tido convulsões por causa de situação similar. Outra sessão que merece destaque é o folhetim: “O Médico de si mesmo”, no qual o Dr. Luís Phillipe escrevia sobre várias doenças, como: gastrite aguda, doenças do coração, hipertensão, entre outras, destacando detalhadamente os sintomas, bem como a forma de tratamento. O informativo nunca se esgotava num único dia, trazia sempre no final da página a legenda: “continua”,



Figura 1 – Jornal *Correio do Sul* – 18 de abril de 1929. Fonte: Acervo pessoal da autora.

sem, contudo, indicar em que data, incentivando com isso que o leitor adquirisse o jornal diariamente caso quisesse ler a continuação. No dia 11 de abril foi publicada uma notícia informando que o prefeito Francisco Alves Athayde determinou vitória nos quintais, chácaras e logradouros, tal fato se deu em virtude da descoberta de um caso de febre amarela em Campos. A notícia enfatiza que por haver comunicação diária de pessoas de Campos com habitantes de Cachoeiro a medida era necessária, o prefeito convocou toda a população a colocar o lixo retirado das habitações junto às calçadas para que fosse recolhido. Nos dias 06 e 20 de abril de 1929 foi publicado um informativo do médico Luís Phillipe intitulado: “O que todos devem saber sobre a Febre Amarela”, demonstrando que havia uma preocupação em relação à incidência de casos na região. Nos dias 18 e 20 de abril a Diretoria de Higiene trouxe um anúncio que tinha como título: “Guerra ao Mosquito Rajado”, descrevendo a aparência e hábitos do mosquito transmissor da febre amarela, como podemos ver [abaixo](#):

A primeira página do jornal, datado de 01 de janeiro de 1929, abordou a relevância da assistência dentária infantil, destacando “ser esse um dos grandes problemas da atualidade”. O texto enfatizava a importância do “fortalecimento da nossa raça, tão aniquilada pelas endemias”.

3 Em 1904, o presidente da República, Rodrigues Alves, traçou um plano de modernização do Rio de Janeiro com o intuito de combater as epidemias que assolavam a cidade e alargar as ruas, criando bulevares com uma atmosfera semelhante à de Paris. O plano foi implementado pelo prefeito Pereira Passos que, para isso, promoveu a derrubada de

Curioso, foi constar no periódico uma propaganda com o título: “Febre Amarela/ Coqueluche!”, que à primeira vista parecia se tratar de um informativo ou notícia sobre o tema, mas no decorrer da leitura, nos damos conta que se tratava de um informe publicitário da “Companhia Sul Américas Seguros”, afirmando que podia ajudar a combater tais doenças e convidava aos interessados a entrar em contato com o representante, Gil Mendes, sem contudo informar de que modo seria realizada a “ajuda” prometida.

Um fato bastante interessante anunciado durante vários dias no mês de maio de 1929 foi de uma pessoa que não se identificava, mas afirmava ter sofrido de reumatismo durante vários anos, tendo sido curada. Garantia que iria fornecer a receita para quem escrevesse para a mesma, revelando o remédio que a curou, mas era preciso enviar envelope selado para a resposta.

Para concluir a análise acerca da saúde no Brasil e da propagação do discurso higienista na imprensa de Cachoeiro, recorremos a um artigo de opinião publicado no dia 26 de janeiro de 1929 intitulado: “A Guerra à Saúde é Obrigatória”, do qual citaremos alguns trechos:

Hoje pode-se dizer que o Brasil é uma país saudável, apresentando de dia para dia um melhor coeficiente de saúde. As moléstias epidêmicas que de quando em quando nos assolavam, construindo um terrível instrumento de propaganda contra o país, tais como a varíola e a febre amarela, já estão quase que completamente combatidas. Mesmo o impudismo, talvez a enfermidade mais calamitosa do Brasil (...) quase não existe mais no território nacional, atingido pela obra da civilização. O Brasil de hoje deixou de ser um enorme hospital, convertendo-se em pátria vigorosa e exuberante (...) Mas quanto à formiga a frase em questão ainda continua a afirmar uma grande verdade. O Brasil é um formigueiro colossal (Jornal Correio do Sul, 26 de janeiro de 1929, p.1).

Todas as medidas profiláticas e de saneamento encampadas pelo Governo Federal e realizadas pelos médicos sanitários no início do século XX tiveram ressonância em várias partes do Brasil, sendo responsáveis pela mudança de hábitos da população e de uma maior veiculação de informações relacionadas à saúde e prevenção de doenças. No município de Cachoeiro de Itapemirim o jornal *Correio do Sul* publicava diariamente notícias relacionadas ao tema, que incluíam desde a propaganda de novos medicamentos a informativos relacionados aos sintomas e tratamentos de doenças que assolavam a população. Nesse contexto a medicina tornou-se porta-voz de um modelo de organização social coordenada pelos princípios higienistas.

#### Referências:

##### Documentação Primária

Jornal *Correio do Sul*. Ano I, junho de 1928 - junho de 1929. Versão microfilmada: Arquivo Público do estado do Espírito Santo, Vitória, ES.

##### Bibliografia de Apoio

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Hausmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Edusp, 1998.

COSTA, Maria Cleria Lustosa. O Discurso Higienista Definindo a Cidade. *Revista Mercator*. Vol. 12, nº 2, Fortaleza, set/dez 2013, p. 51-67.

EDLER, Flávio. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Revista Asclépio*. Vol. 2, nº 2, 1998, p.169-186.

FERREIRA, Luiz Otávio. *O Nascimento de uma Instituição Científica: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX*. 1996. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1996.

LE COFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio de periódicos*. In: PINKSY, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; NOBREGA, Terezinha Petrucia da. *O Brasil-Médico e as contribuições do pensamento médico-*

*higienista para as bases científicas da educação física brasileira*. *Hist. Cienc. Saúde*. Manguinhos, vol.15, n.1, p. 209-219, 2008.

NOGUEIRA, Roberto Passos. *Do físico ao médico moderno: a formação social da prática médica*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

PORTO, Mayla Yara. Uma Revolta Popular contra a Vacinação. *Revista Ciência e Cultura*, vol. 55, nº 1, São Paulo, Janeiro/Março, 2005.

REZENDE, Jofre Marcondes. *O ato médico através da história*. In: REZENDE, J. M. *À sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Unifesp, 2009, p. 111-119.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os progressos da medicina legal no Brasil*. Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, n. 1, p. 11-50, 1904.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Edusp, 1991.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. *Escola Tropicalista Baiana: registro de uma ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)* – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC – S.P – Dissertação de mestrado – São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. *Em busca da Cura: a institucionalização da medicina acadêmica e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOUZA, Filipe Maciel de. *Eugenia Negativa no Brasil: Renato Kehl e suas lições de eugenia*. Universidade Federal do Paraná. Monografia. Curitiba, 2013.

Recebido em: 30/09/2018

Aprovado em: 31/01/2019